

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.123 - SP (2019/0236070-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : TIBERIO - INPAR PROJETO 133 SPE LTDA
ADVOGADO : ADRIANA PATAH E OUTRO(S) - SP090796
RECORRIDO : ALEX BULNES RODRIGUEZ
RECORRIDO : RENATA CASTRO VARELLA BULNES RODRIGUEZ
ADVOGADO : ADRIANA FERNANDES MARCON - SP262906

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TIBERIO - INPAR PROJETO 133 SPE LTDA., fundamentado no artigo 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Compromisso de compra e venda. Obra entregue durante o prazo de tolerância. Impossibilidade, no entanto, de obtenção do financiamento na data apazada em razão da mora da construtora, que tardou a providenciar o 'habite-se' e a liberação da matrícula. Documentos que se mostram indispensáveis para a instituição financeira conceder o financiamento. Discussão acerca dos encargos durante tal período. Incidência do INCC até a liberação da matrícula e do IPCA a partir de então. Juros remuneratórios que devem incidir a partir da entrega da unidade. Determinação, no entanto, de refazimento dos cálculos por perito quando da liquidação. Danos materiais. Reembolso do que pago a título de taxa condominial até a efetiva entrega das chaves. Adquirentes que não podem ser penalizados com o pagamento de condomínio pelo período em que estiveram privados da fruição do bem. Reembolso bem determinado. Danos morais. Prejuízos dessa ordem não configurados. Astreintes. Descumprimento das tutelas antecipadas verificado. Documentação apta a demonstrar que os autores já haviam providenciado o necessário para obtenção do financiamento, cujo contrato já estava pronto, bastando que a construtora o assinasse. Recalcitrância da acionada em providenciar a assinatura demonstrada. Multa diária que se aplica e deve ser apurada quando da liquidação. Recursos parcialmente providos" (e-STJ fl. 978).

Nas razões do recurso, a recorrente alega que o acórdão divergiu da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no que tange à validade do prazo de tolerância para a conclusão das obras.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não comporta conhecimento.

A recorrente em suas razões informa a existência de divergência

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial, mas não informa o número do processo paradigma, conforme pode ser verificado à fl. 999-STJ.

Ademais, registre-se que o recurso especial fundamentado em dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado a questão sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

Com efeito, se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284/STF, a inviabilizar o conhecimento do recurso também pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. NÃO SE PODE CONHECER DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1. Quanto aos juros moratórios, o Recurso Especial, apesar de interposto com base na alínea 'a' do permissivo constitucional, não indica, especificamente, o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. Da mesma forma, incide o verbete da Súmula 284 do STF quando o recorrente deixa de indicar qual dispositivo de lei federal teve sua interpretação divergente pelo Tribunal, mesmo se o recurso tiver sido interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional.

3. Agravo Regimental não provido" (AgRg nos EDcl no AREsp 87.521/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/4/2013, DJe 10/5/2013 - grifou-se).

"RECURSO ESPECIAL. DUPLICATAS PRESCRITAS. AÇÃO DE LOCUPLETAMENTO ILÍCITO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO IMPROVIDO.

(...)

4. Para a demonstração do dissídio pretoriano, na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, são necessários a similitude fática e o cotejo analítico entre os acórdãos confrontados, circunstâncias não aferidas na espécie.

(...)

6. Deveras, a indicação do dispositivo tido como objeto da divergência jurisprudencial é imprescindível para a correta configuração do dissídio, nos termos do art. 105, III, 'c', da Constituição Federal. Contudo, esta circunstância não se verifica na espécie, motivo pelo qual vislumbra-se a incidência da Súmula n. 284 do STF.

7. Recurso improvido" (REsp nº 299.827/RJ, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/3/2011, DJe 16/3/2011).

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 1.500, 00 (um mil e quinhentos reais), os quais devem ser majorados para o patamar de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

